



A participação das mulheres na política: uma análise das eleições municipais de 2016 nas cidades da microrregião de Ituiutaba-MG

Soraia Veloso Cintra^{*}

Cláudia Maria Andrade Vilarinho Oliveira^{**}

Elaine Aparecida da Fonseca Tavares^{***}

Luciene da Silva Pereira^{****}

Vera Lúcia Oliveira Teixeira^{*****}

Viviane da Silva Braga Gonçalves^{*****}

Introdução

O avanço das mulheres e a conquista da igualdade entre mulheres e homens são uma questão de direitos humanos e uma condição para a justiça social; não devem, portanto, ser encarados isoladamente, como um problema feminino. Somente depois de alcançados esses objetivos poder-se-á instaurar uma sociedade viável, justa e desenvolvida. O empoderamento das mulheres e a igualdade entre mulheres e homens são condições indispensáveis para alcançar a segurança política, social, econômica, cultural e ecológica de todos os povos. (PEQUIM, 1995, p. 16).

A participação das mulheres nas eleições de 2016 pouco alterou o quadro das prefeituras na região do Pontal do Triângulo Mineiro. Aparentemente o caminho ainda é longo para que a igualdade entre mulheres e homens seja de fato uma questão de direito humano como salienta a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (1995). Das seis cidades analisadas, pertencentes à microrregião de Ituiutaba quatro municípios conseguiram eleger vereadoras.

Quando o assunto é a participação das mulheres na política, o Brasil não é bem avaliado por nenhuma das medições feitas. Em uma delas, figura em 153º lugar de um total de 180 países pesquisados. Em outra, fica atrás de países como Ruanda.



IV Semana de História do Pontal
III Encontro de Ensino de História
POLÍTICA, GÊNERO E MÍDIA
na pesquisa e no ensino de História
Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal
29 de novembro a 02 de dezembro de 2016

ISSN: 2179-5665



A baixa proporção de mulheres nas esferas do poder político é uma realidade constatada ainda hoje em quase todos os países do mundo. De acordo com dados da Inter-Parliamentary Union, atualizados em julho de 2013, as mulheres ocupam, em média, 21,3% das cadeiras nos parlamentos nacionais. Em apenas 26 dos 187 países sobre os quais há dados, elas respondem por um terço ou mais das vagas. O único país em que as mulheres são mais numerosas do que os homens no parlamento é Ruanda, o que é efeito tanto de uma lei de reserva de vagas quanto do esvaziamento da elite política masculina após o genocídio de 1994 e os julgamentos que se seguiram a ele. O Brasil, com menos de 9% de mulheres na Câmara de Deputados, está entre os piores colocados no ranking internacional, atrás de 154 países. Desde que o acompanhamento começou a ser feito, em 1997, há uma tendência de ampliação da presença feminina nos parlamentos do mundo, mas em velocidade reduzida, com um aumento médio de meio ponto percentual por ano. (MIGUEL, 2014, P. 93-94).

Os partidos políticos têm cumprido a cota legalmente estabelecida no que diz respeito ao número de mulheres candidatas, mas percebe-se que muitas dessas mulheres não participam efetivamente das eleições e sequer investem nas propagandas e na própria campanha política – são chamadas ‘laranjas’. Estão ali para que a lei seja cumprida, mas não recebem espaço para trabalhar, nem dinheiro para isso. A divisão do dinheiro não é igualitária entre candidatas e candidatos.

O presente artigo apresenta números, reflexões e questionamentos porque a mulher presente em todas as esferas da sociedade não consegue alterar sua presença na política – seja ela local, regional, estadual ou federal. Foi realizado pelas integrantes do Núcleo de Estudos Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (MG) a partir dos números das eleições de 2016.

As eleições de 2016

As eleições municipais de 2016 pouco alteraram a situação da mulher na política brasileira. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 640 mulheres foram eleitas prefeitas e 7.810 vereadoras nos mais de 5 mil municípios brasileiros¹.



Comparados com os pleitos anteriores percebe-se que não houve alteração percentual nesta participação. O caminho ainda é longo no que diz respeito à presença da mulher na política seja ela local, estadual, federal.

O Núcleo de Estudos Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres acompanhou as eleições de 2016 e percebeu que dos seis municípios que compõem a microrregião de Ituiutaba (MG), com uma população estimada em 142 mil habitantes, apenas uma mulher foi candidata a prefeitura, mas não foi eleita. Entre as vereadoras, 127 foram candidatas e 08 foram eleitas. Desta região estudada, Ituiutaba é a maior cidade com 103 mil habitantes e 77.500 eleitores. Cachoeira Dourada é a menor, com 2661 habitantes e 2207 eleitores. O quadro a seguir mostra os números das eleições.

Quadro das eleições municipais de 2016

Microrregião de Ituiutaba

Município	Vereadoras eleitas	Mulheres candidatas a vereadoras	Homens candidatos a vereador	Número de vagas na Câmara	Número de habitantes / n° eleitores(as)
Capinópolis	2 (PMDB e PSDB)	21	42	11	16.112 / Eleitores: 11.381
Gurinhata	Nenhuma	12	27	09	6.047 / Eleitores: 5.386
Ituiutaba	01 (PSDB)	62	138	17	103.333 / Eleitores: 77.519
Ipiaçu	2 (PR)	12	21	09	4.269 / Eleitores: 3580
Cachoeira Dourada	03 (PSD, PP, PMDB)	11	18	09	2.661 / Eleitores: 2 207
Santa Vitória	Nenhuma	11	38	11	19.389 / Eleitores: 16 218

Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral)



Gurinhata, cidade com 6.047 habitantes, tinha aptos 5.386 eleitores. Dois homens se candidataram a prefeitura, sendo eleito o candidato do PMDB com 2.780 votos. Para as nove vagas na Câmara de Vereadores foram eleitos apenas homens – eles eram 27 candidatos e elas, 12. Este é o mesmo quadro de Santa Vitória. Lá 11 mulheres foram candidatas a Câmara Municipal, mas nenhuma foi eleita. Entre os homens, 38 candidatos e 11 eleitos. A cidade conta com quase 20 mil habitantes e 16 mil pessoas estavam aptas a votar em 2016. Sem candidatas também à prefeitura, venceu o candidato do PMDB com 7.600 votos.

As cidades de Capinópolis, Cachoeira Dourada, Ipiacu e Ituiutaba contarão nos próximos quatro anos com mulheres em suas Câmaras Municipais. Em Capinópolis, duas foram eleitas e estarão ao lado de nove homens à frente do legislativo. Uma delas, do PMDB, teve 220 votos, e a outra do PSDB, 338 votos. Elas eram 21 candidatas e eles 42. Três homens disputaram a prefeitura sendo eleito o candidato do PSB com 4.230 votos.

Em Cachoeira Dourada, na divisa com o Estado de Goiás, mulheres eleitas representam um terço da Câmara Municipal e poderão fazer a diferença nas votações nos próximos quatro anos. O município conta com 2.661 habitantes e 2.207 eleitores. Ao todo, 11 mulheres concorreram à Câmara Municipal sendo eleitas: uma do PSD com 231 votos; outra do PP com 151 votos; e com 115 votos a candidata do PMDB. Os homens ocuparão as outras seis vagas. O candidato do PMDB à prefeitura foi eleito com 1.055 votos. A vereadora do PSD foi a candidata mais votada entre todos os veradores e por isso na primeira sessão da nova legislatura irá presidir a sessão.

Ipiacu com mais de 3.500 eleitores também escolheu duas mulheres para a Câmara de Vereadores. Ambas são do PP e uma delas também foi a mais votada entre todos os candidatos, 33 ao todo (12 mulheres; 21 homens). Como ocorrerá em Cachoeira Dourada, a vereadora mais votada com 274 votos irá presidir a primeira sessão de 2017. O prefeito eleito de Ipiacu pelo PSD obteve 1.612 votos.

Ituiutaba, apesar de um número considerável de candidatas, só conseguiu eleger uma vereadora do PSDB com 1.508 votos. Elas totalizaram 62 candidaturas, apesar de nem todas efetivamente terem trabalhado em suas campanhas. Ituiutaba dispõe de 17



vagas na Câmara Municipal e outras mulheres ao longo do mandato poderão ocupar as cadeiras, pois alguns vereadores poderão ocupar cargos comissionados na próxima gestão e/ou candidatarem-se a deputados nas próximas eleições em dois anos. A cidade conta com 103 mil habitantes e um total de 77.500 eleitores. Desses, 29.388 elegeram o candidato do PMDB, político que já havia sido prefeito de Ituiutaba anteriormente. Também uma tendência percebida em outras cidades.

Divisão sexual na política

Como se pode perceber pelos números apresentados, a presença da mulher na política local ainda não pode ser considerada significativa. Analisando seis cidades é possível identificar oito vereadoras eleitas para um total de 66 cadeiras na legislatura de 2017-2020 (os homens vão ocupar 58). A situação não é muito diferente dos pleitos anteriores e ainda está longe de atingir metas de igualdade. Metas estas trabalhadas nas chamadas ações afirmativas, mas que no Brasil seguem na contramão da história.

A divisão sexual do trabalho esteve historicamente presente nas sociedades. Uma série de transformações ocorreu ao longo dos séculos, mas a hierarquia dos papéis, nas relações estabelecidas entre homens e mulheres e no campo do trabalho, manteve-se, e incorporação da mulher no mercado de trabalho não trouxe consigo a igualdade entre os sexos. Ao contrário, as relações assimétricas existentes foram ganhando nova configuração, tendo no mercado de trabalho um favorecedor de sua permanência. (FREITAS, 2007, p. 16).

Os homens dominam a política desde sempre. Assim como sempre dominaram outros campos. A divisão sexual na sociedade, porém, tem conseguido colocar a mulher em outros domínios, mas na política se percebe que o percurso será longo, até porque existem questões partidárias que são difíceis de serem rompidas. Uma delas é o próprio cumprimento da lei de 2009 que prevê uma cota a ser preenchida de 30% de mulheres; outra seria a divisão dos recursos financeiros para as campanhas. E vale a pena perguntar até que ponto os líderes dos partidos estão dispostos a dividir igualmente o



dinheiro arrecadado? As mulheres candidatas podem confiar na origem do dinheiro em tempos de delações?

Fica claro que a abolição das barreiras legais não representou o acesso a condições igualitárias de ingresso na arena política. Entraves de diferentes naturezas à participação feminina continuam em vigor. O insulamento na vida doméstica retira delas a possibilidade de estabelecer rede de contatos necessária para se lançar na carreira política. Aquelas que exercem trabalho remunerado permanecem em geral como responsáveis pelo lar [...]. Os padrões diferenciados de socialização de gênero e a construção social da política como esfera masculina inibem, entre as mulheres, o surgimento da vontade de participar. Em suma, como disse Anne Philips, não basta eliminar as barreiras formais à inclusão, concedendo acesso ao voto ou direitos iguais. É necessário incorporar expressamente os grupos marginalizados no corpo político, ‘empurrá-los’ para dentro, rompendo a inércia estrutural que os mantém afastados dos espaços decisórios. (MIGUEL, 2014, p. 94).

A representação política das mulheres continua em debate constante justamente porque países como Brasil ainda estão longe de cumprir as Declarações internacionais quando o assunto é igualdade. Na própria Declaração e Ação da Plataforma de Pequim, o item mulheres no poder e na liderança apresenta os indícios do que cada país deveria fazer. Mas o Brasil segue na contramão da história.

Logo na apresentação do item *A mulher no poder e na tomada de decisões* fica claro que toda pessoa – mulher e homem – tem o direito de participar do governo de seu país até porque tal fato está ratificado na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Mas no item também é salientado que um governo transparente só será alcançado quando as mulheres tiverem melhorias em sua condição de vida o que envolve o social, o econômico e o político. O documento salienta que

[...] a consecução do objetivo de igualdade da participação de mulheres e homens na tomada de decisões proporcionará um equilíbrio que refletirá de maneira mais exata a composição da sociedade e é necessária para o fortalecimento da democracia e a promoção do seu funcionamento adequado. (PEQUIM, 1995, p. 215).

Entendemos e concordamos com o documento, pois o avanço das mulheres depende de sua condição de ser político.



**IV Semana de História do Pontal
III Encontro de Ensino de História**

**POLÍTICA, GÊNERO E MÍDIA
*na pesquisa e no ensino de História***

Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal
29 de novembro a 02 de dezembro de 2016

ISSN: 2179-5665



[...] a participação equitativa das mulheres na vida política desempenha um papel essencial no processo geral de avanço das mulheres. A participação das mulheres em condições de igualdade na tomada de decisões constitui não só uma exigência básica de justiça ou democracia, mas pode ser também considerada uma condição necessária para que os interesses das mulheres sejam levados em conta. Sem a participação ativa das mulheres e a incorporação do ponto de vista próprio das mulheres em todos os níveis do processo de tomada de decisões não se poderá alcançar os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz. (PEQUIM, 1995, p. 217).

Por isso, dentro deste item foram criados dois objetivos estratégicos: Adotar medidas para garantir às mulheres igualdade de acesso às estruturas de poder e ao processo de decisão e sua participação em ambos; aumentar a capacidade das mulheres para participar no processo de tomada de decisões e ocupar posições de chefia. Cada item está subdividido em ações que os países deveriam fazer desde 1995. A adoção das ações afirmativas foi um desses caminhos. Mas enquanto países como México e França tiveram aumento significativo de mulheres na política, o Brasil caminhou a passos lentos. Em 15 anos, a França conseguiu saltar de 6,4% para 26,9% de participação de mulheres na política. O México, país cujos índices de violência contra a mulher ainda são muito significativos, também conseguiu chegar a 36,8% de mulheres na política.

Conclusão

O presente artigo apresentou números locais de uma realidade que se replica nacionalmente. Apesar das mulheres serem maioria hoje no país, ainda estão subrepresentadas na política. O que fazer para mudar esta realidade? Não é possível ensejar uma resposta fácil, mas um dos caminhos é o entendimento da igualdade entre mulheres e homens. Sem este princípio, será muito difícil para qualquer mulher trilhar o caminho. A divisão da sociedade capitalista brasileira está marcada pelo sexo. Enquanto os homens ainda são considerados os provedores do lar; as mulheres são vistas para continuarem no lar, como cuidadoras da família. O que chama a atenção é que o próprio capitalismo busca as mulheres para a manutenção do sistema. Elas estão em altos cargos de direção e presidência das empresas, mas enfrentam a dupla jornada; as pressões por ter ou não ter filhos; estudam mais do que os colegas homens para garantir a qualificação profissional. Mas quando o assunto é política o problema se mostra bem



maior do que imaginado. A mentalidade política que foi desenhada ao longo dos anos é que este é um espaço masculino em sua essência. E todas as mulheres que ousaram cruzar esta linha acabaram pagando preço muito alto. Tema que poderá ser debatido em outro momento.

De qualquer forma, a questão da política local está apenas no início de sua análise e a intenção foi mostrar os números de modo que possa ser apresentada uma fotografia da situação política local / regional. Nos próximos quatro anos o Núcleo de Estudos Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres pretende acompanhar de perto estas mulheres eleitas e ver como serão os projetos apresentados; sua postura enquanto mulheres, cidadãs e representantes do povo. Também pretende realizar atividades que possam incentivar mais mulheres a se candidatarem efetivamente e lutarem por suas campanhas, resistindo ao machismo, a homofobia, ao racismo, que ainda são reflexos de uma sociedade que acredita que em tudo pode-se dar um ‘jeitinho’.

Referências bibliográficas:

BRASIL, 2016. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Eleições 2016*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2016>>.

FREITAS, Taís Viudes. O cenário atual da divisão sexual do trabalho. In: SILVEIRA, Maria Lúcia; FREITAS, Taís Viudes. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado*. São Paulo: SOF, 2007.

MIGUEL, Luís Felipe. Gênero e representação política. In: *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PEQUIM. *Declaração e plataforma de ação de Pequim, 1995*. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf>.

* Professora-doutora do curso de Serviço Social da FACIP / UFU; coordenadora do Núcleo de Estudos Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres. E-mail: <soraia.veloso@ufu.br>.



**IV Semana de História do Pontal
III Encontro de Ensino de História**

POLÍTICA, GÊNERO E MÍDIA
na pesquisa e no ensino de História

Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal
29 de novembro a 02 de dezembro de 2016

ISSN: 2179-5665



** Discente do curso de Serviço Social da FACIP / UFU; membro do Núcleo de Estudos Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres.

*** Discente do curso de Serviço Social da FACIP / UFU; membro do Núcleo de Estudos Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres.

**** Discente do curso de Serviço Social da FACIP / UFU; membro do Núcleo de Estudos Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres.

***** Discente do curso de Serviço Social da FACIP / UFU; membro do Núcleo de Estudos Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres.

***** Discente do curso de Serviço Social da FACIP / UFU; membro do Núcleo de Estudos Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres.

¹ Nas eleições de 2016, os homens foram eleitos para 4.844 municípios e 50 mil foram eleitos vereadores.